

# EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE, A ATUAÇÃO PROFISSIONAL E A LEI 11.645/2008

## **MARIA CINTIA GOMES**

Estudante do Programa de Pós-Graduação Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Universidade de Pernambuco – UPE, [cintiiagomes482@gmail.com](mailto:cintiiagomes482@gmail.com)

## **ENAUANNY WENYA LIRA SANTOS**

Estudante do Programa de Pós-Graduação Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Universidade de Pernambuco – UPE, [enauanny@gmail.com](mailto:enauanny@gmail.com)

## RESUMO

Este artigo pretende fazer uma abordagem sobre a educação para as relações étnico-raciais e a formação docente, objetivando refletir sobre a relação entre o processo formativo de professores e o desenvolvimento da educação para as relações étnico-raciais na educação básica. Através de uma pesquisa de caráter exploratório e de abordagem qualitativa, desenvolvemos um questionário através da plataforma Google Forms, sobre a relação entre a formação docente, a atuação profissional e as relações étnico-raciais. Loro (2015), Munanga (2020) e Gomes (2012) são referenciados neste estudo trazendo contribuições para as reflexões desenvolvidas ao longo da escrita. Através das respostas fornecidas pelos professores e professoras podemos perceber como a educação antirracista vem se constituindo algumas práticas escolares. Consideramos que a construção de uma educação antirracista é urgente e necessária para que a sociedade respeite, valorize e promova as pessoas negras e suas culturas, reconhecendo-as como sujeitos de direitos.

**Palavras-chave:** Educação; Relações étnico-raciais; Formação docente; Atuação docente.

## 1. INTRODUÇÃO

**A**s políticas de promoção da igualdade racial são importantes dispositivos para a construção de relações sociais equitativas que visem a superação do modelo racista que estrutura a sociedade que temos atualmente.

As mudanças de paradigmas sociais são possíveis quando os debates e reflexões sobre aquilo que se pretende mudar são fomentadas em todos os espaços de convivência humana, principalmente nas instituições de ensino. Assim, as escolas têm recebido a incumbência de promover ações antirracistas através da inclusão da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos currículos (BRASIL, 2008), compreendendo que o acesso a esses conhecimentos, na perspectiva da valorização, pode gerar posturas de respeito e de combate a expropriação dessas culturas e deturpação de suas histórias.

A lei 11.645 sancionada em 2008 representa uma ampliação da lei 10.639/2003 e reforça a importância de garantir que crianças e adolescentes acessem a história da constituição do Brasil não apenas pela ótica eurocêntrica colonial, mais também através de perspectivas descolonizadas que ressaltem as contribuições sociais, culturais, econômicas, linguísticas e científicas dos povos africanos e indígenas para a história da população brasileira.

Alguns aspectos, que se entrelaçam no fazer educativo, são fundamentais para a efetivação da lei supracitada. Para a construção de uma educação antirracista é necessária a organização de recursos e materiais elaborados a partir da ótica da descolonização. Um outro aspecto a ser considerado é a relação entre a educação e os movimentos sociais negros, tendo em vista a produção epistemológica desses movimentos e sua importante atuação na conquista de políticas públicas para a população negra e ações afirmativas

A formação de professores assume centralidade nesta pesquisa enquanto aspecto importante para a viabilidade de práticas decoloniais na educação. Diante disto, objetivamos refletir sobre a relação entre o processo formativo de professores e o desenvolvimento da educação para as relações étnico-raciais na educação básica.

Assim a problemática deste estudo circunscreve-se na seguinte pergunta: como se dá a relação entre a formação inicial e continuada de professores da educação básica e as relações étnico-raciais no ambiente escolar? A partir dessa indagação desenvolvemos um questionário que

foi respondido por trinta profissionais de diversas áreas e etapas da educação.

Loro (2015), Munanga (2020) e Gomes (2012) ao refletirem sobre relações étnico-raciais, educação de base africana e formação de professores contribuem diretamente para fundamentar as discussões que apresentaremos ao longo desta escrita. Em um movimento dialógico discorreremos sobre os dados obtidos através de um questionário respondido por professores da educação básica e teorias desenvolvidas no campo das epistemologias identitárias e políticas.

Esperamos que esta pesquisa favoreça o desenvolvimento de novos questionamentos e reflexões acerca do modelo de sociedade e de educação que temos, a fim de efetivar a lei 11.645/2008 através de um projeto educativo em que os saberes e práticas sejam decoloniais, suscitando na construção de um novo paradigma social e cultural, enraizado em valores ancestrais de respeito e valorização do outro.

## 2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O ato de pesquisar nos faz encontrar respostas para as nossas indagações, como aponta Gil (2002, P.17) “a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema”, é através dessa coleta de dados que pretendemos construir um novo saber a respeito das relações étnico-raciais fundamentado em teorias e concepções já existentes.

De acordo com o objetivo, esta pesquisa se caracteriza como exploratória adotando uma abordagem qualitativa. Durante o mês de agosto elaboramos, através da plataforma Google Forms, um questionário composto por onze questões referentes à área de formação inicial e continuada, área de atuação docente e a percepção sobre as relações étnico-raciais no contexto escolar, essas questões foram organizadas em dois blocos, o primeiro referente à formação profissional, destacando o contato com textos, disciplinas ou eventos que abordassem as relações étnico-raciais, e o segundo bloco relacionado à atuação desses profissionais no ambiente de trabalho destacando a percepção das relações étnico-raciais nesses espaços.

Com intuito de fazer um levantamento acerca da formação e a atuação dos professores na educação básica e suas percepções sobre

as políticas afirmativas que promovam a discussão permanente sobre as relações étnico-raciais, elucidando como se dá essas relações nos espaços escolares, e como acontece à mediação por parte dos professores nestes espaços de conhecimento e respeito para com a valorização das diversas culturas, compartilhamos o link do questionário através do aplicativo WhatsApp com alguns professores e professoras obtendo trinta respostas até o início de setembro.

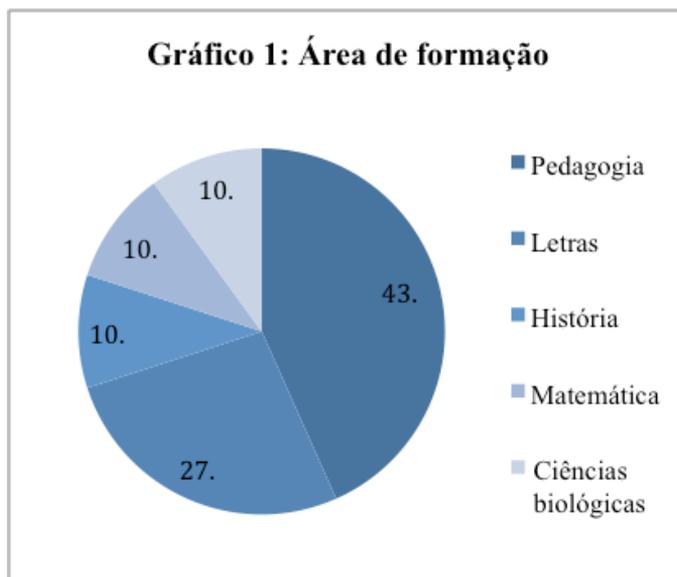
As respostas serão analisadas e refletidas à luz de algumas teorias na seção seguinte, onde apresentaremos os sujeitos da pesquisa e suas percepções acerca do tema aqui abordado em diálogo com alguns autores e autoras que discorrem sobre formação de professores, educação antirracista e relações étnico-raciais. Em consonância também com os documentos do Ministério da Educação, enfatizando a lei 11.645 de 10 de Março de 2008.

### **3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES, ATUAÇÃO DOCETE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

As reflexões acerca do questionário aplicado pelo Google Forms foram feitas através da ótica qualitativa (MAROY, 1997) analisando o discurso sobre a organização da temática, permitindo um panorama comparativo entre as áreas de formação e contato com o tema da pesquisa.

Conforme ilustra o gráfico 1 a maioria dos profissionais são da área de pedagogia (13 pessoas), seguida da área de letras (8 pessoas), as áreas de história, matemática e ciências biológicas tiveram o mesmo percentual de respostas (3 pessoas), das 30 pessoas que responderam apenas 1 não atua na educação, as demais, são professores ou trabalham em algum seguimento da educação.

Com relação ao contato com a temática das relações étnico-raciais durante os cursos de graduação e pós-graduação 15 pessoas afirmaram que não houve durante sua formação nenhuma disciplina que contemple o tema, e as outras 15 tiveram acesso a disciplinas que tratavam exclusivamente do tema.



**Fonte:** arquivos da pesquisa

Indagamos também sobre outras formas de acesso, como eventos e grupos de estudos, sobre esta questão 2 pessoas responderam que na sua formação não tiveram contato com a discussão em nenhum momento, 2 responderam que tiveram este contato apenas quando ingressaram no mestrado, e as demais responderam que o assunto foi abordado através eventos acadêmicos ou grupos de estudos, o que aponta para avanços decorrentes da lei 11.645/2008, como salienta Loro (2015, p. 34)

A lei n. 11.645/2008 representou avanços em direção a uma pedagogia crítica decolonial, uma vez que as práticas pedagógicas ainda são permeadas pela discriminação racial. A promulgação dessa lei tem provocado debates nas instituições, especialmente nas universidades que ofertam cursos de formação inicial de professores. As determinações legais visam garantir aos futuros docentes reflexões sobre conceitos e categorias relevantes para a desconstrução e reconceitualização de estereótipos presentes nas práticas pedagógicas, na perspectiva de identificar e problematizar a diversidade étnico-racial e cultural inegavelmente presente no contexto escolar.

Para que haja a aplicação da lei 11.645/2008 nas escolas é necessária a mediação do professor com metodologias ativas que contemplem em seu planejamento conteúdos que envolvam a história e a cultura

afro-brasileira e dos povos indígenas, por isso a presença dessas discussões nos cursos de formação inicial e continuada se faz importante, tendo em vista que este processo é fundamental para que os professores e professoras reflitam sobre o currículo e a finalidade da educação.

A formação de professores, por si só não soluciona todo o sistema de negação, silenciamento e invisibilidade dos povos negros e indígenas, mas se constitui como um importante dispositivo de enfrentamento as práticas racistas.

Neste sentido, além de questionarmos os professores sobre sua formação inicial, perguntamos também se as instituições em que eles trabalham ofertam cursos de formação continuada abordando temas relativos às relações étnico-raciais, 22 respostas apontaram que não há cursos de formação continuada sobre o tema, 7 pessoas responderam que tiveram contato com cursos ofertados pelas instituições em que atuam e 1 resposta abordou um curso de formação continuada sobre a cultura cigana.

Pereira e Rocha (2020) analisam que a formação continuada de professores é um ponto importante para a abordagem da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. Neste sentido, é fundamental que se tenha incentivo às formações continuadas articuladas, inclusive com o Movimento Negro, um dos principais atores na construção de políticas de reparação social para a população negra.

### **3.1 Compreensões docentes sobre as relações étnico-raciais**

Mesmo com algumas lacunas na formação inicial e continuada dos docentes eles apresentam o entendimento de que trabalhar as relações étnico-raciais nos espaços escolares é importante. Quando indagados sobre o seu entendimento em relação ao termo “relações étnico-raciais” e seu significado político, as respostas apontaram os termos pertinentes à discussão: população negra, visibilidade, identidade, cultura, construção de políticas públicas, diferenças e diversidade. As falas a seguir ilustram a reflexão desenvolvida neste parágrafo:

É um assunto de grande relevância e deve ser estudado em todas as modalidades de ensino. Para maior entendimento de como esse tema é importante para minimizar, preconceito, discriminação, já que na nossa sociedade ainda há tanta desigualdade em relação às pessoas negras.

E englobar tudo a respeito delas, faz com que se tenham mais informações a fim de minimizar os impactos causados todos esses anos. (RESPOSTA 6)

Que são necessárias, uma vez que nossas relações são pautadas por tantas discriminações, vivemos todos os dias com as marcas deixadas durante muito tempo, de forma que muitos direitos, muitos espaços foram negados, situações do nosso cotidiano, como situações de escravidão, mortes, maus tratos, negligências que são apontados nos dias de hoje, são reflexos de uma sociedade que nunca aceitou pessoas de cor, raça, gênero e etnia, então visibilidade as relações étnico- raciais são importantíssimas. (RESPOSTA 23)

Estas duas respostas salientam a importância da efetivação da Lei 11.645/2008 que objetiva a promoção de uma educação antirracista e a construção de relações sociais de respeito aos diferentes modos de ser, viver, perceber e agir sobre o mundo, entendendo que o tema deve estar presente em todas as modalidades e níveis de ensino.

Como afirma Petit (2015, p. 23) “existe uma compreensão redutora do escopo dessa lei que insiste em priorizar apenas a área de história e, de forma subsidiária, a literatura, a língua portuguesa e as artes”, no entanto sabemos da necessidade de que este tema adquira caráter transversal perpassando todas as áreas dos currículos da educação básica e educação superior, veremos no seguinte tópico como esse tema é percebido e trabalhado pelos docentes no ambiente escolar.

### 3.2 Relações étnico-raciais e o cotidiano escolar

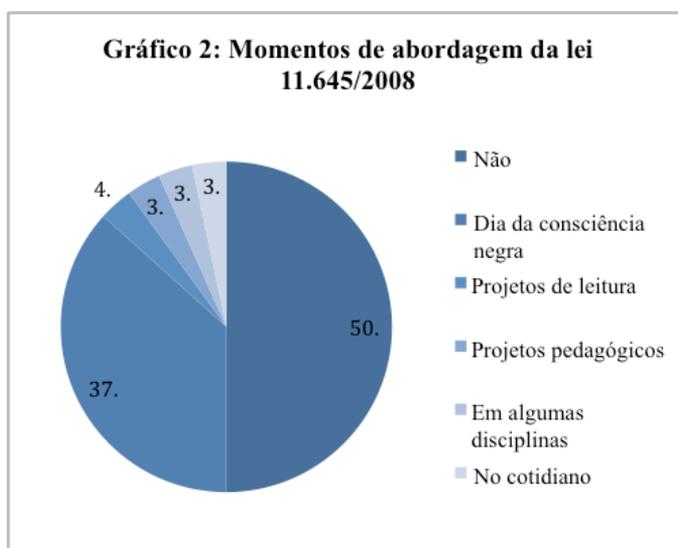
Neste tópico discorreremos sobre a aproximação destes docentes com a educação para relações étnico-raciais. A partir das respostas obtidas refletiremos se a lei 11.645/2008 é trabalhada no ambiente escolar e como se dá a sua efetivação.

As sétima pergunta do questionário diz respeito à presença de projetos ou ações que versem sobre racismo, culturas africanas e afro-brasileiras no contexto escolar e, havendo essa existência, em que momentos ocorrem como mostra o gráfico 2.

Das trinta respostas obtidas 15 delas apontaram a inexistência de qualquer projeto ou ação que aborde os temas que são obrigatórios de acordo com a lei supracitada. As outras 15 pessoas sinalizaram que existem ações, mas estas *“ocorrem de maneira bem simples, retratado*

*um pouco da história, no mês de novembro, no dia 20, dia da Consciência Negra” (RESPOSTA 4), “geralmente são vivenciados em datas comemorativas como o dia da consciência negra, ou o dia do índio” (RESPOSTA 15).*

Algumas outras respostas apontam a existência de projetos, mas não especificam em que momentos do ano letivo esses projetos são abordados. O que se evidencia, a partir destas respostas, é uma tendência de redução da lei 11.645/2008 a momentos específicos do ano letivo e uma ausência das culturas de base africana e indígena no contexto das instituições escolares em que os docentes participantes atuam.



**Fonte: arquivos da pesquisa**

A promulgação da lei 10.639/2003 e sua atualização em 2008 representam marcos importantes para o avanço de políticas públicas para a população negra e indígena. Essas leis alteram a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 e, portanto são dispositivos que precisam obrigatoriamente serem efetivados em todas as esferas educacionais, não sendo reduzidas à disciplinas ou datas comemorativas. Como afirma Nunes (2007, p. 38)

Isso significa ir além de ações pontuais, realizadas de formas aleatórias e descontínuas por ocasião de algumas datas comemorativas, mas implica a inserção da temática no Projeto Político Pedagógico da escola, no Plano de desenvolvimento da Escola, nos programas de formação de professores, nas práticas pedagógicas e curriculares.

É necessária uma ação conjunta de todos os órgãos municipais, estaduais e federais, políticas educacionais e profissionais da educação para promover mudanças na estrutura racista e colonial que ainda prevalece nos sistemas educativos. Salientando que a LDB 9.394/96 em seu artigo 26-A, que diz respeito às leis supramencionadas,

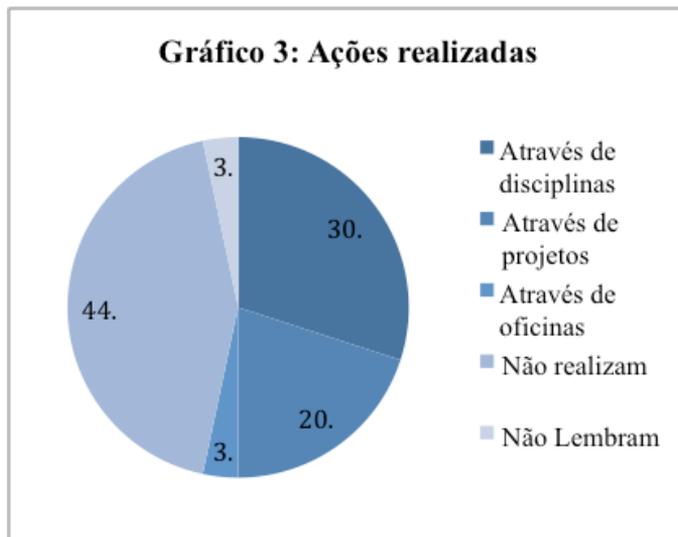
[...] exige mudança de práticas e descolonização dos currículos da educação básica e superior em relação à África e aos afro-brasileiros. Mudanças de representação e de práticas. Exige questionamento dos lugares de poder. Indaga a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade (GOMES, 2012, p. 100).

A escola é o melhor lugar para discussão das relações étnico-raciais, como preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004). Partindo de uma perspectiva antirracista os currículos das instituições podem ser pensados a partir da ótica da descolonização, trazendo a representatividade da população negra (ARAUJO e SOARES, 2019) e dos povos indígenas para as salas de aula e experiências desenvolvidas na educação básica.

Sobre as práticas que se desenvolvem no contexto escolar respaldadas na socialização da história e cultura africana e afrobrasileira, apresentaremos a seguir o relato dos participantes no que diz respeito às ações que eles desenvolvem nas instituições em que trabalham.

### **3.3 Práticas pedagógicas e educação antirracista**

Neste tópico apresentaremos as respostas obtidas através da pergunta: “Você desenvolve ou já desenvolveu alguma(as) prática(s) pedagógica(as) para a valorização das relações étnico-raciais? Se sim, pode descrever de forma breve?”. As respostas obtidas mostram que o esforço de alguns profissionais tem se dado a partir de temas específicos em disciplinas e através de projetos e oficinas, outros afirmam que não realizam nenhuma ação que aborde as relações étnico-raciais. Vejamos o gráfico 3:



**Fonte:** arquivos da pesquisa

A partir do gráfico podemos visualizar que a maioria dos professores participantes da pesquisa, em algum momento de sua atuação proporcionou aos educandos um momento de reflexão sobre o contexto racial e cultural. Algumas das ações realizadas pautaram as contribuições dos povos africanos para a nossa diversidade cultural, como mostram as respostas a seguir:

Sim, um projeto que buscava reconhecer e valorizar os elementos culturais brasileiros que remetem aos afrodescendentes (RESPOSTA 3).

Sim, na minha disciplina de sociologia no ano de 2020. Fiz um pequeno momento com meus alunos falando sobre a rica contribuição cultural que hoje temos, por herança dos negros, nas comidas, danças e etc. O quanto é importante conhecer a origem da nossa história e conhecer de onde herdamos cada costume, dos quais fazem parte do nosso cotidiano (RESPOSTA 4).

Sim um projeto gentileza para trabalhar sobre as diferenças e valores na área de ensino religioso (RESPOSTA 16)

Sim. Projeto Diversidade: Convivendo e Respeitando as diferenças. Conhecimento das diferenças entre as pessoas, da diversidade do Brasil em suas quatro regiões, conhecendo as diferentes culturas, conhecendo a Diversidade família, etc... A partir de atividades lúdicas, jogos, contação de histórias, exibição de imagens e filmes, etc. (RESPOSTA 21).

Algumas outras ações abordaram as relações étnico-raciais a partir do trabalho com o corpo, salientando as características físicas:

Sim, no projeto leitura, trabalhei o livro o tambor, e pele tem cor? No livro o tambor realizamos o levantamento dos instrumentos e musicalidade. E no livro e pele tem cor? Realizamos pintura, e sensibilizar para o uso do lápis de cor, onde muitos descrevem como cor de pele a cor bege (RESPOSTA 13).

Sim. Em uma aula onde tinha como temática característica física, nós fizemos um mapa do Brasil com diversos rostos de pessoas diferentes e apresentamos uma música do Mundo Bitá que falava sobre etnias (RESPOSTA 19).

O trabalho com o corpo recai diretamente na discussão sobre identidade. Para Munanga (2020, p. 11) “o processo de construção da identidade nasce a partir da tomada de consciência das diferenças entre “nós” e os “outros” [...]”, essa tomada de consciência muitas vezes ocorre no ambiente escolar, tendo em vista que a escola é a instituição onde, muitas vezes, ocorre o primeiro contato das crianças com outros grupos, daí a importância de que este espaço seja de acolhimento e respeito as diferenças.

As outras ações citadas apresentam os recursos que foram utilizados durante s momentos de abordagem, como vídeos, curta metragem e textos. Outra ação que foi apresentada em uma resposta trouxe as bonecas Abayomi e as máscaras como artefatos das culturas africanas, a fim de socializar alguns aspectos sobre o continente africano e suas culturas de forma positiva e não estereotipada.

Percebemos que há iniciativas por parte dos docentes em desenvolver reflexões que versem sobre o racismo, a identidade e questões culturais, no entanto não é uma ação conjunta que se desenvolva de forma contínua através de todos os componentes curriculares, o que nos leva a afirmar novamente que a formação de professores por si só não contempla a tarefa de construir de fato uma educação antirracista, é necessário repensar também o currículo em todas as suas dimensões.

A discussão sobre o currículo torna-se oportuna diante das respostas apresentadas nas duas últimas questões, que abordaram a presença de práticas racistas e antirracistas no ambiente escolar, dialogando principalmente com a dimensão oculta do currículo.

Sobre práticas racistas no contexto escolar alguns professores apontaram que o racismo costuma se manifestar *“em brincadeiras, em*

*conversas despreziosas. Atitudes que não são explícitas, mas que há o teor e uma conjuntura de práticas racistas” (resposta 6).* Outra resposta trouxe a reflexão sobre a forma como o ambiente escolar é pensado e organizado a partir de uma lógica eurocêntrica, apontando *“a falta de representatividade da população negra em fotos e na ausência de projetos, outro indicativo do racismo” (resposta 4).* 21 participantes responderam que não percebiam práticas racistas em seu ambiente de trabalho, os outros 7 participantes afirmaram que percebem o racismo, mas não informaram de que forma e em que momentos ele se manifesta.

Quando indagados sobre o desenvolvimento de práticas antirracistas, 14 participantes informaram de forma enfática que as mesmas não são desenvolvidas no ambiente em que trabalham. 4 participantes mencionaram que ações antirracistas ocorrem apenas em momentos pontuais e as outras 12 respostas indicam que há o desenvolvimento de leituras, debates, conversas e formações que se caracterizam como ações antirracistas.

## CONSIDERAÇÕES

Sabendo a importância da efetivação da lei 11.645/08 é fundamental que as escolas ofereçam aos educandos uma educação voltada para temática da cultura afro-brasileira e indígena, com intuito de promover o respeito e a equidade, adentrando em constantes debates acerca da educação antirracista, para romper paradigmas arraigados de estereótipos preconceituosos.

Para que isso ocorra é necessário que os professores tenham familiaridade com a temática, bem como uma formação adequada e continuada para adentrar nesses assuntos constantemente e não apenas em datas esporádicas. A educação antirracista precisa vestir uma roupagem que rompa com currículos eurocêntricos, alargando o pensamento decolonial.

Acerca da pesquisa desenvolvida é perceptível que as instituições deixam uma lacuna na formação de professores para uma educação de valorização étnico-racial, isto reflete a falta de investimento na formação inicial, como também na formação continuada, fazendo com que estudantes das licenciaturas e docentes que estão atuando na Educação Básica tenham acesso reduzido a este assunto.

No entanto, a atuação docente é um dos pontos fundamentais para a efetivação da Lei 11.645/2008, por isso os profissionais da educação precisam ser propagadores de práticas que valorizem as pessoas negras,

buscando se apropriar desta questão para incentivar as pessoa negra e não negras a desenvolverem suas identidades de forma positiva, valorizando a cultura africana e afrobrasileira.

Assim, a educação antirracista deve estar presente na vida da sociedade, seja em instituições educacionais, seja em debates sociais, para que a população respeite, valorize e promova a pessoa negra como um sujeito de direito, que carrega na sua ancestralidade uma rica cultura para que no futuro as pessoas sejam mais empáticas e equânimes diminuindo as diversas formas discriminação e impactos do racismo.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Aldevane de Almeida. SOARES, Emanuel Luiz Roque. **Identidade e relações Étnico-raciais na Formação Escolar**. Práticas Educaticas, memórias e Oralidade –Revista do Pemo-Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Parecer CNE/CP 003/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: MEC, 2004.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes. v. 1, 2017.

\_\_\_\_\_, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, 2012.

MAROY, Christian. **A análise qualitativa das entrevistas**. In Práticas e Métodos de investigação em ciências sociais, editado por Luc Albarello et. al.,117-155. Lisboa:Gradativa. 1997.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

NUNES, Cicera. **O reisado em Juazeiro do Norte e os conteúdos da história e cultura africana e afrodescendente: uma proposta para a**

**implementação da Lei nº 10.639/03.** 2007. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2007.

PEREIRA. Maycon David de Souza. ROCHA, Flávia Rodrigues Lima da. Educação antirracistas e a formação de professores(as) em uma perspectiva decolonial. **Revista Em favor da igualdade racial.** Rio Branco – Acre, v. 3 n. 3, 2020.

PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia:** Pertencimento, Corpo-Dança Afroancestral e Tradição Oral Contribuições do legado Africano para a Implementação da Lei nº 10. 639/03. Fortaleza: EdUECE, 2015.